

República de Cabo Verde
Ministério da Educação e Desportos
Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar –F ICASE
Residência Estudantil “Leonel Madeira”



PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS
ENSINO SUPERIOR - CONTRATO DE RESIDENTE

Ano Lectivo 200 ____/20 ____

Entre a Residência Estudantil “Leonel Madeira”, adiante designada por RELM, com sede em Mindelo/São Vicente e representada pelo(a) **Director(a)** E

_____, (idade) _____ anos (*nome completo do estudante*)

de residência habitual em _____ Concelho de _____

Telefone(s) _____ e Móvel n.º _____ Fax n.º _____ CP _____

E-mail _____ BI/Passaporte n.º _____ Emitido em ____ / ____ / ____

A frequentar a (Instituição de formação) _____ Curso de _____ Ano _____

fica, nesta data e no âmbito das cláusulas por que se rege o presente *Contrato de “Residente”*, acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. O presente *Contrato de Residente* abrange o período de funcionamento normal das actividades lectivas (aulas). Tem efeitos a partir de **1 de Outubro** e se encerra com o término das actividades lectivas nas instituições escolares ou de formação, nos termos do calendário académico institucional. Cessa automaticamente a partir do momento em que o *Interno* deixa de frequentar aulas. Este *Contrato* não abrange situações de “exames” quando ocorram por insuficiência de resultados decorrentes do normal processo de avaliação e por traduzirem situação não admitida nos termos do Regulamento Interno da instituição (aproveitamento mínimo de “Bom”).

CLÁUSULA SEGUNDA

2. Por este *Contrato de Residente* fica a Residência Estudantil “Leonel Madeira” obrigada a disponibilizar ao *Interno* condições adequadas de alojamento, refeições, estudo e formação, cívica e moral, com respeito aos princípios e disposições legais aplicáveis.

3. A obrigação institucional cessa: **i)** a partir do momento em que o *Interno* inicia o período de férias escolares/interrupção das actividades lectivas ou de formação; **ii)** é acometido de doença prolongada, contagiosa e/ou que requeira atenção e cuidados personalizados; **iii)** se ausenta em gozo de fim-de-semana.

4. Em situação de doença, os familiares são imediatamente contactados podendo o *Interno* ser conduzido para casa para tratamento, em caso de necessidade e/ou por competente determinação dos *Serviços de Saúde*.

CLÁUSULA TERCEIRA

5. O valor da contribuição mensal estipulada para o *Interno* é de _____ \$00, pago por inteiro, de modo regular e adiantado, devendo ser entregue nos primeiros cinco dias de cada mês. Abrange a totalidade do Ano Lectivo (Julho inclusive). A primeira contribuição mensal é entregue no acto de legalização da entrada do estudante para a Residência.

6. O pagamento da contribuição mensal é efectuado nos Serviços Administrativos da Residência (Secretaria/Direcção), mediante recibo numerado e carimbado, de conformidade com os requisitos legais exigíveis.

7. Em caso de atrasos no pagamento da contribuição monetária mensal, até um limite máximo de 30 dias, por decisão da Direcção o presente *Contrato de Residente* torna-se susceptível de ser anulado, ficando o estudante que incumprir sujeito a indemnizar a Residência, no montante de 10% do valor da contribuição anual específica.

8. Como medida de co-responsabilização do *Interno* na preservação do património institucional, o estudante é obrigado a uma caução no valor de 1000\$00, entregues no acto de legalização da sua entrada para a Residência e mediante competente recibo de pagamento.

9. O montante da caução é susceptível de devolução após a conclusão da frequência, mediante requerimento e caso ao *Interno* não tenham sido apuradas, individualmente ou em grupo, responsabilidades em matéria de falhas na conservação do edifício e recheio.

CLÁUSULA QUARTA

10. O *Interno* deve empenhar-se e participar activa e responsabilmente nas actividades da vida interna da Residência, respeitar o *Regulamento Interno* e acatar ordens e orientações da Direcção e pessoal supervisor.

11. A continuidade da frequência (semestral ou anual) dependerá dos resultados da avaliação do comportamento como *Interno da RELM*, de acordo com o estatuído, assim como dependerá do aproveitamento académico (que deverá ser globalmente satisfatório), pelo que o *Interno* deve apresentar à Direcção a *Declaração de Aproveitamento*, no final de cada etapa (semestre e ano) e num prazo máximo de 15 dias após publicação dos resultados.

12. Extraordinariamente, em casos ponderosos (motivos de saúde, especialmente) e por período máximo de um ano lectivo, poder-se-á permitir a continuidade da frequência, no ano subsequente, a um estudante-residente com um máximo de 2 cadeiras do plano de estudos do cujos objectivos académicos não foram suficientemente atingidos (nota inferior a dez), não podendo exceder mais de um ano lectivo na mesma situação.

13. Em caso de infracção, o(a) Director(a) usará das prerrogativas do *Regulamento Interno* aplicável, no âmbito das medidas disciplinares, designadamente sancionatórias, tornando-se mais graves as de “expulsão” ou de “anulação do contrato” e estas perante casos de extrema gravidade.

CLÁUSULA QUINTA

14. O presente *Contrato de Residente* pode ser anulado em qualquer altura do ano lectivo, mediante solicitação escrita do *Interno* interessado ou dos responsáveis pela formação do *mesmo*, endereçada à Direcção da instituição e com uma antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA

15. Em caso de acidente, de premente necessidade de intervenção cirúrgica ou tratamento clínico e se confrontados com imperativos decorrentes de disfunções ao nível da saúde física, psíquica ou psicológica do *Interno*, à Direcção fica reservado o direito de accionar medidas específicas e que se impuserem, a começar pelo envolvimento dos familiares mais próximos.

16. Custos decorrentes são assumidos pelo próprio *Interno*, responsáveis e ou entidade que assinar o respectivo *Termo de Responsabilidade Financeira*.

17. Como medida de garantia de segurança no âmbito da Saúde, o *Interno* deve possuir um *Plano de Saúde, da RELM ou outro (familiar, por exemplo)*. Integrando o Plano de Saúde da RELM, ao *Interno* incumbe o pagamento regular de uma participação monetária mensal fixada em ____\$00, pagos na Secretaria e em simultâneo com a mensalidade.

18. A Residência não se responsabiliza por objectos, materiais ou outros pertences de uso pessoal de cada *Interno*.

CLÁUSULA SÉPTIMA

19. A interpretação do presente *Contrato* faz-se à luz do *Regulamento Interno* da Residência.

20. A *Assembleia da Residência* deverá ser consultada, sempre que a interpretação deste Contrato for discordante ou perante situações omissas.

21. Em caso de expulsão e desejando, pode o *Interno* apresentar recurso à *Assembleia da Residência*, que por sua vez deverá ouvir a Direcção e se necessário o *Conselho Geral* da Residência. Se a decisão de expulsão for reconfirmada o presente *Contrato* é anulado, com efeitos a partir da data da expulsão.

DISPOSIÇÕES FINAIS

22. O *Interno* e respectivos responsáveis legais declaram, por sua honra, aceitar de forma integral e sem reservas as cláusulas do presente *Contrato*, assim como prometem cumprir globalmente todos os deveres e obrigações decorrentes e as normas do *Regulamento Interno* da instituição.

Mindelo, ____ de _____ de 20__

Os Acordantes,

O Interno _____ **O(a) Director(a)** _____